



PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO GABINETE DO PREFEITO

Rua Eronides Souza Santos, 55 Centro - Mulungu do Morro - BA
E-mail: prefeitura@mulunguomorro.ba.gov.br



PORTARIA Nº 179/2025, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de suposta conduta irregular atribuída a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MULUNGU DO MORRO – BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 012/2012, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 0085/2025, de 09 de outubro de 2025, encaminhado pelo Conselho Tutelar deste Município, noticiando suposta conduta funcional irregular atribuída ao servidor **REINILDO LEMOS DA SILVA**, professor da Escola Municipal José Francisco dos Santos;

CONSIDERANDO o relatório técnico encaminhado à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Tutelar, elaborado por profissional habilitada, apontando a necessidade de adoção de providências administrativas;

CONSIDERANDO o Boletim de Ocorrência lavrado na Delegacia Territorial deste Município, e demais documentos que instruem o expediente administrativo em trâmite na Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o Ofício nº 61/2025, por meio do qual a Secretaria Municipal de Educação solicitou a apresentação de documentos comprobatórios e subsídios que embasaram o pedido de providências administrativas, reafirmando a gravidade e a necessidade de apuração dos fatos;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 26, 100, 102, 103 e 107 da Lei Municipal nº 012/2012, que impõem à Administração o dever de apurar infrações funcionais, assegurando o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO GABINETE DO PREFEITO

Rua Eronides Souza Santos, 55 Centro - Mulungu do Morro - BA
E-mail: prefeitura@mulungudomorro.ba.gov.br



CONSIDERANDO os arts. 5º, incisos LIV e LV, e 37, caput, da Constituição Federal, bem como a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), que determina o sigilo e a proteção das informações pessoais e sensíveis;

CONSIDERANDO que o presente processo tem natureza apuratória, sem prejulgamento, e visa garantir a correta elucidação dos fatos noticiados, preservando os direitos e a integridade das partes envolvidas;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face do servidor **REINILDO LEMOS DA SILVA**, matrícula nº 1309, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível II – Matemática, com o objetivo de apurar, dentre outros fatos relatados nos autos administrativos, os seguintes pontos:

I – A suposta prática de conduta funcional incompatível com o exercício do cargo público, em possível afronta a Lei Municipal nº 012/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e outras normas que regem a sociedade brasileira;

II – O eventual descumprimento dos deveres funcionais e éticos previstos na Lei Municipal nº 012/2012 e na legislação correlata, especialmente aqueles relacionados à moralidade, probidade, assiduidade e zelo pela função pública.

Art. 2º Determinar o encaminhamento dos autos à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, regularmente instituída pela Portaria nº 178/2025 de 16 de outubro de 2025, para que proceda à instrução, análise e elaboração de relatório conclusivo, assegurando ao servidor o exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme o disposto na Lei Municipal nº 012/2012.

Art. 3º O processo deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado uma única vez, por 45 (quarenta e cinco) dias, mediante justificativa fundamentada e autorização da autoridade instauradora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO GABINETE DO PREFEITO

Rua Eronides Souza Santos, 55 Centro - Mulungu do Morro - BA
E-mail: prefeitura@mulunguomorro.ba.gov.br



Art. 4º Concluída a instrução processual, os autos deverão ser encaminhados à Procuradoria Jurídica do Município para emissão de parecer opinativo quanto à regularidade e mérito, antes do pronunciamento final do Prefeito Municipal.

Art. 5º Durante a tramitação do processo, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), assegurando-se o tratamento restrito dos dados pessoais e a preservação da identidade e dos elementos sensíveis das partes envolvidas, divulgando-se apenas as informações estritamente necessárias à execução do ato administrativo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mulungu do Morro, 16 de outubro de 2025.

**ACÁCIO TELES DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL**